

RESOLUÇÃO MPC-MG Nº 003, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

Revogada pela Resolução MPC nº 11/2014

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, com fundamento nos artigos 32 e 119 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais); no artigo 81, *caput*, parte final, da Lei Federal 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União); no artigo 62, inciso II, da Resolução nº 12, de 19 de dezembro de 2008 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais); e no artigo 64 da Resolução nº 155, de 04 de dezembro de 2002 (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União):

RESOLVE:

Capítulo I

Das Disposições Gerais

Art. 1º A distribuição processual aos Procuradores ocorrerá imediata, automática, aleatória e alternadamente, quando do ingresso dos autos do processo no Ministério Público de Contas, mediante sorteio eletrônico, por natureza de processo.

§ 1º Ao Procurador-Geral serão distribuídos apenas os processos de sua competência privativa.

§ 2º Aplicam-se à distribuição os princípios da prevenção e da publicidade e deverá constar do Sistema de Gestão e Administração de Processos — SGAP — o nome do Procurador ao qual o processo foi distribuído.

Art. 2º Considera-se prevento o Procurador que já tiver se manifestado no processo.

§ 1º Verificada a prevenção, durante a análise de processo por outro Procurador, este deverá manifestar-se nesse sentido e solicitar a redistribuição ao Procurador prevento, indicando-o.

§ 2º Na hipótese de o Procurador indicado como prevento entender que a prevenção não se consumou, ele deverá manifestar-se nesse sentido e encaminhar os autos ao Procurador-Geral, que decidirá sobre o conflito negativo de competência.

§ 3º No caso de processos apensados, o processo acessório será redistribuído ao Procurador do processo principal, salvo no caso em que outro Procurador já tiver se manifestado no processo acessório, hipótese em que o processo principal será redistribuído ao Procurador prevento.

Art. 3º Na hipótese de impedimento ou suspeição, o Procurador considerado impedido ou suspeito deverá manifestar-se nesse sentido e solicitar a redistribuição do processo, que será aleatória.

Art. 4º A redistribuição de processos ocorrerá mediante a compensação entre processos de mesma natureza.

Parágrafo único — Para fins de compensação, serão considerados os processos que ingressarem no Ministério Público de Contas, para manifestação ministerial.

Art. 5º O procedimento de distribuição poderá ser impugnado em até 48 (quarenta e oito) horas, mediante requerimento escrito dirigido ao Procurador-Geral, que decidirá a respeito.

Capítulo II

Das Disposições Transitórias

Art. 6º Os processos que se encontrarem no Ministério Público de Contas aguardando manifestação ministerial em 6 de dezembro de 2011 serão redistribuídos em seis lotes iguais.

§ 1º A redistribuição dos processos a que se refere este artigo será aleatória, alternada, pública, por natureza de processo e mediante sorteio eletrônico.

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, apenas serão considerados os autos dos processos que estiverem localizados na unidade Ministério Público de Contas, identificada no Sistema Gerencial de Administração de Processos – SGAP – sob o número 998, aguardando manifestação ministerial.

Art. 7º Realizada a redistribuição dos processos a que se refere o art. 1º, os lotes de processos serão distribuídos aos Procuradores em exercício, de modo cada um destes ficará responsável por apenas um lote.

Parágrafo único – A distribuição de lotes de processos a que se refere este artigo será realizada por ordem de antiguidade, e não contemplará o Procurador-Geral.

Art. 8º Realizada a distribuição a que se refere o art. 2º, os lotes remanescentes serão distribuídos ao Procurador-Geral, que responderá pelos respectivos processos até a distribuição definitiva aos Procuradores que forem investidos no cargo, após o dia 6 de dezembro de 2011.

Art. 9º Provido cargo vago, ao Procurador em ingresso será distribuído um dos lotes afetos ao Procurador-Geral por força do art. 3º, obedecida a ordem de antiguidade.

Capítulo II

Das Disposições Finais

Art. 10 Fica revogada a Resolução nº 04, de 08 de junho de 2010.

Art. 11 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2011.

Glaydson Santo Soprani Massaria

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

(Diário Oficial de Contas de 06.12.2011)